

BUSCANDO NOVAS ESTRELAS: NOVOS PARADIGMAS DA HISTÓRIA

SEEKING NEW STAR: NEW PARADIGM OF HISTORY

Magno Florentino Dutra¹

RESUMO

A essa história exclusivamente política teve sua primeira contestação durante o Iluminismo, quando intelectuais preocupavam-se com outros aspectos da vida humana e não somente com as guerras e a política, e ansiavam por uma história das leis do comércio, da moral e dos costumes. Este artigo versa sobre a mudança na ciência Histórica que possibilitou a pesquisa da história das classes subalternas, dos dominados. A metodologia utilizada é a revisão da literatura historiográfica, onde se pretende apresentar uma breve retrospectiva histórica das mudanças. Mudanças essas que legaram a abertura de um leque de possibilidades de novas pesquisas sobre as classes subalternas.

Palavras-chave: História. História Cultural. Classes subalternas.

ABSTRACT:

This history, exclusively political, had its first challenge during the Enlightenment, when intellectuals were concerned with other aspects of human life and not only with the wars and the politic, and they yearned for a history of trade laws, morals and customs. This article deals with the change in Historical science that enabled the research into the history of the subaltern classes, the dominated. The methodology used is the review of historiographical literature, which aims to provide a brief historical overview of the changes. Changes which bequeathed the opening a range of possibilities for new research on the subaltern classes.

Keywords: History. Cultural History. Subaltern Classes.

INTRODUÇÃO

No mundo hodierno é oportuno lembrar as transformações que vêm ocorrendo na História como ciência, que há muito tempo se ocupava em estudar um passado remoto, buscando nele os grandes eventos, os homens importantes, enfim, se ocupava da história política, econômica e social. E, no fim do século XX, essa

¹ Graduado em História pela UEG. Secretário Municipal de Saúde de Itaguari – Go. Email: magnoitaguari@gmail.com.

ciência se abriu a novos horizontes e deu lugar a personagens oficiosos, homens e mulheres simples, a novos personagens, anônimos como os foliões das Folias de Reis, os camponeses, as lavadeiras e tantos outros sujeitos da História. Este artigo versa sobre essas transformações na História.

A História, desde os primórdios, foi considerada a ciência que estuda o passado dos homens, seus feitos, suas ações no tempo, a *res gestae*, como disse Collingwood (1994), investigando sua ação transformadora nas sociedades do passado. O homem era visto por essa ciência como um ser produtor (não no sentido de produzir objetos ou produtos comercializáveis), ou melhor, construtor de sua existência, que deixava seus registros, seus vestígios para as gerações vindouras, falando assim numa linguagem mais arqueológica. Essa idéia de história perdurou por muitos anos e influenciou muito os métodos de trabalho dos historiadores ao longo dos anos, desde como realizar uma pesquisa e interpretar os resultados coletados a partir daí, até de o que considerar como fonte e objeto histórico. Os historiadores de então escreviam seus textos, acreditando serem portadores da verdade única e absoluta, baseando-se nos documentos oficiais. Esta é uma das características da História até o século XIX e que costumamos denominar história positivista ou história política, que foi a forma dominante de história. Nela eram retratados os grandes feitos militares e políticos atribuídos aos grandes homens (BURKE, 1997).

Não que a História até então tenha se ocupado somente da esfera política das sociedades. Desde seu surgimento na Grécia antiga com Heródoto, a História se interessou por muitos assuntos: houve o interesse pelas produções não-materiais dos homens, ou seja, sua cultura, sua arte e seu pensamento.

1. Um novo paradigma

A essa história exclusivamente política houve contestação pela primeira vez ainda durante o Iluminismo, quando intelectuais preocupavam-se com outros aspectos da vida humana e não somente com as guerras e a política, ansiavam por uma história das leis do comércio, da moral e dos costumes, como já havia discutido Voltaire (BURKE, 1997). Os anseios por uma história diferenciada já se fazia sentir

em autores como Michelet, que defendia uma história das classes subalternas, dos dominados (BURKE, 1997). A contestação à história exclusivamente política não se limitou somente à forma passiva dos anseios; também houve ataques aos historiadores que praticavam a história política, Burke cita o artigo de François Simiand, no qual o autor ataca os “ídeos” da história. Segundo ele havia três ídeos que deveriam ser derrubados: “o ídeo político”, “o ídeo individual” e o “ídeo cronológico”. (SIMIAND, 1903 *apud* BURKE, 1997, p.21). E a partir de então a História começou a se interessar por esses outros aspectos da vida dos homens, como já foi mencionado, a essa história damos o nome de história da cultura. Encontramos em Peter Burke uma elucidação a este estudo:

A história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com esse nome (*kulturgeschichte*) há mais de 200 anos. Antes disso havia histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. (BURKE, 2005, p.15).

A partir daqui este estudo mira um horizonte para caminhar, o da história cultural, com suas transformações sofridas ao longo de sua trajetória acadêmica. Neste primeiro capítulo pretende-se trabalhar essas transformações. Lembrando o que disse Peter Burke, a História Cultural já existia e não só na Alemanha, mas em outros lugares também, que produziam obras sobre a arte, sobre comportamentos, entre outros. Peter Burke lança um olhar panorâmico sobre as diversas obras já publicadas dentro dessa grande área da história cultural, classificando essas produções de clássicas:

O período entre 1850 e 1950 foi uma etapa que poderia se chamar de história cultural “clássica”(…) Essa tradição inclui clássicos como *A cultura do Renascimento na Itália*, do historiador suíço Jacob Burckhardt, publicado pela primeira vez em 1860, e *O outono da Idade Média* (1919) do historiador Johan Huizinga. (BURKE, 2005, p.16).

Essas obras tratavam da cultura da elite, da nobreza, mas nem por isso devem ser deixadas de lado, porque foram os primeiros estudos sobre cultura. No caso desses dois autores, a preocupação era a relação das obras de artes com o espírito da época. Johan Huizinga afirmava que o objetivo do historiador cultural era

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

descrever os padrões de cultura, os sentimentos e pensamentos característicos de uma época. Para descobrir esses padrões ele deve estudar os símbolos, temas, sentimentos e formas (BURKE, 2005).

Não podemos falar do desenvolvimento da história cultural sem mencionar sua aproximação com a sociologia, pois como afirma Peter Burke, “Algumas das maiores contribuições à história cultural desse período, especialmente na Alemanha, vieram de acadêmicos que não trabalhavam nos departamentos de história” (BURKE, 2005, p.19). Burke quer se referir nesse momento a sociólogos e cita o exemplo de Max Weber em seu livro “*A ética protestante e o espírito capitalista*”, no qual o autor faz uma relação da cultura com o sistema econômico dominante na Europa, para confirmar uma das contribuições da sociologia à história cultural. Esse não é o único exemplo que Peter Burke utiliza, ele também faz alusão a Nbert Elias, outro sociólogo alemão que, em seu livro “*O processo civilizador*”, estuda os modos e comportamentos das pessoas à mesa nas cortes européias. Enfim, podemos dizer que a sociologia deu uma importante contribuição à história cultural, principalmente com autores do porte de Max Weber e Nbert Elias.

2. *Les Annalistes*

Dentro da historiografia cultural, jamais se poderia esquecer o surgimento de um novo paradigma que veio transformar a escrita da história na França: os *Annales*. A *Escola dos Annales*, como é comumente chamada, foi um movimento que nasceu da criação de uma revista criada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Essa revista pretendia ser mais que uma revista de assuntos históricos, seu objetivo era tornar-se uma liderança nos campos de história social e econômica (BURKE, 1997).

Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli:

A decisiva mudança de rumos ocorreu a partir de 1929, com a criação dos *Annales*, por Lucien Febvre e Marc Bloch: estes historiadores fizeram da revista um ponto de encontro e de debates entre os historiadores e cientistas sociais, em geral. (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.23)

Desencantados com a história política e com sua pobreza analítica, além de seu reducionismo, “Bloch e Febvre lutaram incansavelmente por uma história
Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

total, quer dizer, por uma história centrada na atividade humana, na vida dos grupos e das sociedades” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 471). Vainfas (1997, p.130) ressalta: “Contra a tal história historicizante, Bloch e Febvre opunham uma assim chamada *história nova*, uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar”.

Nesse ponto, esta pesquisa bebe na mesma fonte de inspiração dos fundadores da escola dos Annales quando se interessa pelos modos de viver e sentir das massas populares expressadas numa festa religiosa: a folia de Reis, na qual homens e mulheres dão significados e ressignificam sua vida dentro dela.

Bloch e Febvre fundaram então a revista *Annales* em 1929. A partir da fundação da revista, a escrita da história tomaria outros rumos, mudaria radicalmente, como diz Cardoso (1983, p. 25) “Toda a concepção da história tradicional desmoronou, pois seu objeto, o “fato singular”, deixou de dominar o horizonte do historiador”. Seu objetivo com a revista era de “fazer dela um instrumento de enriquecimento da história, por sua aproximação com as ciências vizinhas e pelo incentivo à inovação temática” (BURKE, 1997, p.8), como disse Nilo Odália na apresentação do livro de Peter Burke, *A Escola dos Annales*.

Burke (1997) lembra os nomes que a revista teve: *Annales d’histoire économique et sociale* (1929-1939); *Annales d’histoire sociale* (1939-1942-45); *Mélanges d’histoire sociale* (1942-4); *Annales: économies, société, civilisations* (1946-).

As idéias diretrizes dessa revista são reunidas em três objetivos básicos:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE, 1997, p. 12)

Cabe nessa altura um esclarecimento sobre a própria história da história, para não mitificar as figuras de Bloch e Febvre como heróis que salvaram a historiografia do peso do paradigma positivista. Visto que combatiam essa apologia aos heróis e grandes homens, sempre propuseram uma história crítica e

problematizadora dos fatos tidos como verdadeiros. A crítica ao modelo positivista não nasce de Bloch ou Febvre:

Na verdade, as idéias de Bloch e Febvre não eram novas. Desde o início do século, Henri Berr esboçara a crítica à história positivista. O grande mérito de Bloch e Febvre não é só o de terem retomado tal crítica, levando-às últimas conseqüências, mas, principalmente, o de terem desenvolvido um novo tipo de história; mostrando ser possível uma alternativa prática à história positivista. (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 24).

De qualquer forma esses homens foram um marco na historiografia moderna, como afirma o autor citado. A audácia deles em inovar nos métodos da história foi muito importante para o amadurecimento dentro da ciência histórica.

Uma das características relevantes dos *Annalistas*, sem dúvida, é o contato com outras ciências humanas, que nas palavras de Ronaldo Vainfas foi um fator animador: “Animava os fundadores dos *Annales* a perspectiva de construir uma história interdisciplinar” (VAINFAS, 1997, p.130). Para Ciro Flamarion Cardoso, o contato com outras ciências foi mais que um fator animador; para ele: “O motor da evolução recente da história foi, pois – e continua a sê-lo – o contato com as demais ciências do homem” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 24).

É importante salientar nesse ponto a aproximação com a antropologia que, igualmente à sociologia, também contribuiu muito para a nova história cultural. Podemos falar ainda de outras ciências como a Geografia, cuja influência se observa nas obras de Febvre, assim como a psicologia religiosa embutida nas obras de Bloch, a economia, a lingüística etc.

Com os *Annales* as transformações foram inúmeras e as influências na produção histórica no mundo também “Não resta dúvidas de que a fundação dos *Annales* foi movimento dos mais profícuos na historiografia mundial” (VAINFAS, 1997, p.130). Destaca-se como mudança no contexto historiográfico da *Escola dos Annales* a mudança quanto à noção de tempo. José Carlos Reis afirma: “Desde Febvre e Bloch a história é nova porque realizou uma mudança substancial no que está no coração do pensamento histórico: a noção de tempo” (REIS, s/d, p. 19). Segundo Reis a noção de tempo histórico antes dos *Annales* estava sob a influência da teologia e da filosofia. Ele explica:

A Providência ou a Razão seriam as instâncias organizadoras do mundo histórico visível e sublunar. Um tempo metafísico, invisível, revela-se na sucessão temporal em direção à simultaneidade de si, isto é, a eternidade. (REIS, s/d, p.10).

Outra mudança que caracterizou a produção da *Nouvelle Histoire*, o outro nome usado para se referir à produção a partir dos *Annales*, foi sua concepção da relação passado/presente, diferentemente dos positivistas que consideravam o passado isolado do presente.

Os *Annales* propõem uma nova perspectiva para esta relação passado-presente. Aqui, o passado não se isola do presente. Ele é abordado a partir do presente, que levanta as questões sobre o passado que o ajudarão a melhor conduzir e se compreender. Há, portanto, uma relação de interrogação recíproca. (REIS, s/d, p. 26).

Reis assinala que além da mudança profunda no tocante à concepção de tempo, houve transformações relativas às fontes e aos métodos da história. Os documentos antes se referiam ao personagem histórico e a suas realizações; agora passa a se referir ao cotidiano, ao comercial, às crenças, ou seja, os documentos deixam de ser apenas os ofícios, as atas e passam a ser consideradas como documentos as cartas, fotografias, listas de preços, entre outros. Como já se afirmou no início deste capítulo, para Reis essa mudança é resultado da aproximação com outras ciências sociais como deixa claro no seguinte trecho “Sob a influência das ciências sociais, a história sofreu também uma mudança no campo das técnicas e dos métodos” (VOVELLE, 1982, p. 127 *apud* REIS, s/d p. 18).

Para facilitar o estudo da Escola dos Annales, os pesquisadores dividem o movimento em três gerações, cada qual com suas características e suas influências sofridas de alguma ciência social. Além do mais, cada geração revelou historiadores famosos que se destacaram com suas obras, com seus métodos, corroborando o que dizem muitos historiadores sobre os *Annales*, a “heterogeneidade do movimento” é sua marca mais destacada. Essa divisão tem a ver também com a redação da revista que ao longo dos anos foi sendo ocupada por esses intelectuais que lhe impregnaram seus modos de pensar. A primeira geração que vai de 1920 a 1945 caracteriza-se pelo radicalismo, pela subversão e pelos

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

ataques à história tradicional; a segunda geração, já com traços de escola, tem conceitos definidos como estrutura e conjuntura e tem métodos elaborados; por fim a terceira geração iniciada por volta de 1968 tem por característica a fragmentação e a repercussão pela França e pelo mundo (BURKE, 1997).

Como já se disse cada geração da *Escola dos Annales* teve sua característica, isso devido ao contato com outras ciências, mas também de acordo com o interesse dos seus diretores, “Os *Annales* transformaram-se desde o início, em um centro de diálogos; e as ambições dos fundadores deram resultados enormemente positivos” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.471). Nessa conjuntura, três personagens se destacaram muito, tornaram-se modelos para outros historiadores, conquistaram adeptos. Não se restringiu aqui a contribuição dos *Annales* somente a essas figuras, porque seria falta de reconhecimento com os demais historiadores que também contribuíram, e incoerência com a ideologia do movimento que pretendia ser numa metáfora bem simples, uma colcha de retalhos: “Insistimos na importância destes historiadores para a renovação do conceito de história, a abertura de novos horizontes, o chamamento à colaboração entre as diferentes ciências do homem” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 471).

As três figuras de que se fala: são Marc Bloch, Lucien Febvre (os fundadores) e Fernand Braudel, discípulo do último. Esses homens não tinham a mesma visão de mundo, pois sofriam diferentes influências e, portanto, sua forma de produzir história também era diferente, como confirma Reis (s/d, p. 29) quando justifica sua hipótese da heterogeneidade dos *Annales* dizendo: “os principais autores dos *Annales* têm perspectivas diferentes sobre a renovação que produziram”.

Essa pequena discussão teórica objetiva situar o objeto pesquisado dentro dos campos da história, delimitando a corrente teórica que abrange os estudos culturais e, por conseguinte, as festas religiosas como são as folias de Reis, manifestações tradicionais dos interiores do Brasil, conduzidas majoritariamente por homens simples do povo. Mostrar-se-á que foi esse movimento de mudança ocorrido na historiografia que trouxe à tona estudos como estes de festas, religiosidades e tantos outros, que não eram vistos como dignos de pesquisa para a tradicional história política, produzida no modelo positivista. Pode-se destacar outro ponto importante que foi no contato com a antropologia, que hoje se têm na história

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

um arcabouço teórico mais adequado para estudar tais objetos. Os conceitos antropológicos se tornaram para a história ferramentas de trabalho. Os trabalhos de antropólogos sobre festas religiosas e outras festas não-religiosas vêm sendo usadas por historiadores nas suas pesquisas, neste caso, por exemplo, apoiar-se-á nas obras de Brandão e Pessoa, fontes valiosíssimas para a pesquisa sobre folia de Reis no Estado de Goiás.

3. Um pouco de dia-a-dia

Foi nesse contexto do surgimento dos Annales que surgiu um tipo de fazer história bem diferente, a história do cotidiano, um tipo de história que busca descrever a vida diária dos homens, suas ações corriqueiras, seu modo de sentir e pensar. Odalia (1994, p. 64) diz o seguinte sobre este tipo de história: “Um dos encantos da história foi e é, ainda, o que de mais denominamos história do cotidiano”. Embora quando surgiu não gozasse de muito crédito e fosse encarado como um folhetim ou mesmo um romance, expressava a curiosidade de seus contemporâneos de conhecer de uma maneira mais detalhada o dia-a-dia dos homens do passado, descrevendo seus costumes, sua maneira de ser, mostrando a partir da descrição a diferença entre o cotidiano descrito e o contemporâneo (ODALIA, 1994).

Ao que informa Odalia, este primeiro momento da história do cotidiano se referia ao cotidiano nas grandes civilizações e seus chefes. Ele ainda acrescenta que essa história contribuía para que as pessoas comuns se conformassem com seu viver, observando esses fatos miúdos ou grandiosos na esperança de que no futuro as ações dessas pessoas também se tornem importantes e mereçam lugar na escrita da história (ODALIA, 1994).

A história do cotidiano volta à superfície com outros interesses, no contexto dos Annales. Depois de algum tempo, sucumbida pelo marxismo e pela história totalizante, agora seu interesse é pelo que de mais comum os homens possuem, os fatos são outros e seus autores não são reis ou políticos. Nilo Odalia esclarece sobre essa renovada na história do cotidiano:

Só que esse cotidiano é diverso, mais rico, mais sofisticado. Não é apenas o do faraó, nem o de Luís XIV, nem se refere somente aos aspectos mais materiais de civilizações antigas, nem a apenas uma classe social, ou à bizarria e exotismo de usos, costumes e tradições. Ele se revela a partir das descobertas que o homem fez de si mesmo, de sua rica diversidade, de sua capacidade de criar e inventar. (ODALIA, 1994, p.66).

O mais interessante na história do cotidiano é que ela abre caminho para falarmos dos homens e mulheres do povo, ou seja, das camadas menos abastadas da sociedade. O que importa não é o grande feito, algo de monumental e extraordinário que venha produzir essa população, mas sim a representatividade dessa ação para ela. A meta desse trabalho é justamente pensar e tentar analisar a folia no seu cotidiano, nos pequenos fatos a ela ligado. Por isso a grande riqueza que advem dessa renovação na história do cotidiano é seu interesse pelo popular, como confirma Odália (1994, p. 66): “Nessa trilha ganham relevo a cultura popular, o corpo, as relações conjugais e filiais, a criança, o jovem, a morte e tantas outras coisas que enriquecem o conhecimento sobre nós mesmos”.

No itinerário da *Nova História*, alguns percalços surgiram em seu contexto, mas não condenaram seu devir, como é o caso da história das mentalidades que desde os primeiros anos dos *annalistes* ocupou a atenção de seus fundadores (VAINFAS, 1997). Esse tipo de história se ocupava de explorar os sentimentos, as crenças, religiosidades e costumes. A história das mentalidades precede as outras formas de investigação histórica inaugurada pelo movimento dos *Annales*, como relata Vainfas (1997, p.132): “Bloch e Febvre inauguraram, pois, nos primórdios dos *Annales*, o estudo das mentalidades”. É claro que não foram os primeiros a fazer história das mentalidades; já havia muitas obras publicadas anteriormente que tratavam desse mesmo assunto. Nesse campo de pesquisa se destacam autores como Jacques Le Goff, com suas obras sobre o imaginário medieval e outro autor, Michel Vovelle. Embora fosse a forma predileta de história na escola dos *Annales* (VAINFAS, 1997). A história das mentalidades, ao longo dos anos, foi se desgastando, vítima de muitas críticas, obrigando os historiadores a migrarem para outros campos de investigação. E foi nesse movimento de emigração que nasceu a micro-história, que tem por expoente Carlo Ginzburg, a história das mulheres, a história da vida privada e a história cultural, ou como chamam, Nova História Cultural.

A micro-história interessa no tocante ao estudo das relações que permeiam a vida de um grupo e dá-lhe características próprias. Segundo Vainfas, a micro-história, como diz Chartier (1993, p.03 *apud* VAINFAS, 1997 p.147) “Não reside nas estruturas e mecanismos que regem, fora de todo subjetivismo, as relações sociais, mas sim nas racionalidades e estratégias que põem em funcionamento as comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos”

O que torna importante nessa pesquisa, a referência à história do cotidiano e à micro-história, pois foi e é a partir delas que são feitas as discussões sobre indivíduos das massas anônimas, as classes não elitizadas da sociedade que anteriormente não estariam no rol das pesquisas acadêmicas. Esses campos de pesquisa são portas, abrem caminho para mais pesquisas.

A Nova história Cultural, outra corrente dentro da escola dos *Annales* é herdeira das mentalidades, mas com mais vitalidade e vigor do que sua antecessora. Ronaldo Vainfas apresenta três características da história cultural, uma das quais interessa a esta pesquisa:

Ela se apresenta como uma “Nova História cultural”, distinta da antiga “história cultural”, disciplina acadêmica ou gênero historiográfico dedicado a estudar as manifestações “oficiais” ou “formais” da cultura de determinada sociedade: as artes, a literatura, a filosofia etc. (VAINFAS, 1997, p.148).

4. Os homens do povo

O ponto que liga esta pesquisa a esse campo de investigação é seu interesse pelo popular, como diz: “Em uma palavra, a Nova história cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular” (VAINFAS, 1997, p.149). A folia de Reis Mineira é um ritual do catolicismo popular, manifestação genuína da cultura popular da cidade de Itaguari, como em tantas outras cidades do interior do Brasil, que é rico dessas manifestações. Apesar de apreciar a cultura popular, a Nova História não despreza a cultura da elite (VAINFAS, 1997).

No capítulo dedicado à história cultural, no livro *Domínios da História*, Vainfas destaca três maneiras distintas de produzir história cultural, que a Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

diferenciam da história das mentalidades: a história praticada pelo italiano Carlo Ginzburg; a história cultural de Roger Chartier e a história cultural do inglês Edward Thompson.

Para Ginzburg cultura popular seria “O conjunto de atitude, crenças, códigos de comportamento próprio das classes subalternas num certo período histórico...” (GINZBURG, 1976 *apud* VAINFAS, 1997, p. 151). Antes, Carlo Ginzburg adotava o conceito de mentalidade.

O interesse pelo popular como tema de pesquisa cresceu muito durante as últimas décadas. A cultura popular revela-se um campo inesgotável de possibilidades de abordagens, seja de um ponto de vista marxiano se assim se pode dizer, em que se leva em consideração o aspecto econômico, também do ponto de vista religioso, em que se analisam as formas populares de crenças, ponto que converge com esta pesquisa sobre um tipo de crença presente nas vidas desses devotos de Santos Reis, e por último, das representações que existem na cultura de massa, seguindo os modelos explanados por Ronaldo Vainfas, o de Edward Tompson, de Carlo Ginzburg e o de Roger Chartier, que se tornaram os grandes modelos para a escrita da história cultural na Europa e também no Brasil.

Se se enumerassem as pesquisas e obras sobre cultura popular no Brasil, ter-se-ia um trabalho imenso, correndo o risco de deixar algumas delas de fora, e não se trata aqui dessa tarefa. As pesquisas sob o ponto de vista da religiosidade popular são numerosas no país, devido à heterogeneidade da cultura aqui existente.

Em Goiás não é diferente. Há muitas pesquisas sobre a religiosidade popular, sobre o folclore do nosso povo. Quanto ao aspecto cultural no Estado de Goiás destaca-se o popular e o rústico, devido a sua situação econômica voltada à agropecuária. Essa situação determinou a forma dos goianos relacionar com o sagrado e, principalmente, o modo de viver e de relacionar com os demais indivíduos na sociedade.

Na Inglaterra, Richard Hoggart, pesquisador marxista, concebe a cultura popular como forma de resistência. Ele estuda a cultura sob a ótica marxista, seguido por Thompson e Willians, que partilham da mesma visão. Em ambos “Encontra-se a visão de uma história construída a partir das lutas sociais e da interação entre cultura e economia” (MATTELART, NEVEU, 2004, p. 47). Hoggart é considerado o fundador desse campo de pesquisa em que a idéia de cultura “remete

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

à convicção de que é impossível abstrair a “cultura” das relações de poder e das estratégias de mudança social” (MATTELART, NEVEU, 2004, p. 45).

Essa noção inaugurada nos estudos culturais é ousada e revolucionária porque muda o enfoque sobre como pensar a cultura popular: “A cultura não é mais objeto de devoção ou erudição, mas questionada em seu relacionamento com o poder” (MATTELART, NEVEU, 2004, p.92). Essa nova concepção, embora pareça radical, se torna muito coerente se se analisam as condições materiais das classes populares.

Thompson, seguindo essa linha de pensamento, que relaciona cultura as condições materiais, defende que é nos processos de luta que se forja a identidade das classes populares (VAINFAS, 1997). Devido a sua formação marxista, é comum ouvir dizer que seu modelo é uma “versão marxista da história cultural”, nas palavras de Ronaldo Vainfas (1997, p. 156).

Esta pesquisa seguirá um caminho próximo ao de Ginzburg, ao abordar o comportamento e as crenças do grupo eleito para a discussão ou mesmo de Roger Chartier, quando ele aplica os conceitos de representação e apropriação, já que se pretende analisar as relações de poder no interior da folia.

No meio popular, as crenças, as representações, enfim, todas as tradições são transmitidas de geração para geração como é o caso da folia, que tem a oralidade como forma de transmissão. As informações buscadas para construir a narrativa sobre a Folia Mineira se encontram na memória das pessoas mais idosas, que de alguma forma participaram do seu surgimento.

5. Memória e história: processos interligados

A memória tem se tornado nos últimos anos um campo muito fértil para pesquisas. Essa investida deveu-se ao movimento da Escola dos *Annales* que ao fazer contato com outras ciências, passou a considerar novos objetos para a história. O contato com a psicologia social, com a filosofia abriu caminho para a pesquisa, tendo como fonte a memória. O método utilizado para tal empreendimento é um campo inaugurado pela História Nova, a história oral realizada através de entrevistas.

A memória é valorizada e reconhecida como elemento importante para a sociedade, e para o próprio indivíduo desde muito tempo: “Na antiga Grécia, a memória tinha uma função considerada prioritária: conferir imortalidade ao ser humano” (DELGADO, 2006, p.47). O mundo grego foi, sem dúvida, um grande modelo para a humanidade. Sua forma de explicar os fenômenos ou as dádivas da natureza eram significativas, carregadas de simbologias. Com a memória não seria diferente, pois os gregos acreditavam numa deusa da memória, como nos conta Delgado (2006, p.47) “..., Mnemosyne, uma das divindades alegóricas amada por Júpiter, tinha a função prioritária de fazer do que passou tanto o sedimento do presente com esteio do futuro”, e como na mitologia grega os deuses tinham comportamentos parecidos com os dos homens, essa deusa tinha filhas, uma delas é a deusa da história, a Clio. Sua missão: “Uma de suas filhas, Clio, que representava a História, trazia em si a seiva da eternidade; em outras palavras, constituía-se como antídoto do esquecimento, através dos tempos vividos” (DELGADO, 2006, p. 47).

Fazendo uma análise da mitologia grega, que não se findou com o desaparecimento de sua civilização ao ser dominada pelos romanos, os resquícios dessa grande cultura ficaram subtendidos nas entrelinhas de formas atuais de pensar, de ver o mundo e mesmo de agir. O parágrafo acima vem revelar o porquê da memória e da história estar ligadas. Para os gregos a razão do envolvimento seria de que uma é filha da outra. De fato, memória e história se ligam numa relação muito estreita, como afirma Delgado: “História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História” (DELGADO, 2006, p. 17).

A autora, em certo momento, demonstra uma preocupação em relação ao valor que as gerações contemporâneas dão à memória dos tempos passados, ao dizer:

O mundo moderno, caracterizado por uma temporalidade frenética e em permanente transformação, vive um processo de desenraizamento. A memória tende a perder sua função de entrecruzamento de múltiplos tempos (DELGADO, 2006, p.51).

Quando a sociedade perde sua memória, perde também sua cultura e identidade, acabando-se assim com seus vínculos com o passado. Assim pensa Hobsbawm, que ao analisar o século passado também demonstra sua preocupação em relação ao tratamento dado ao passado e ao zelo pela memória:

A destruição do passado --- ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas --- é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. (HOBSBAWM, 1995, p.13)

Tanto para Hobsbawm quanto para Delgado, a história e a memória têm função primordial na era globalizada. Hobsbawm lembra a importância do historiador nesse fim de milênio: “Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, torna-se mais importante que nunca no fim do segundo milênio.” (HOBSBAWM, 1995, p.13). A intenção deste trabalho também é de registrar a história da Folia Mineira, para que essa manifestação da cultura regional não fique sem passado, quando os mais idosos que participaram de suas primeiras festas já não estiverem mais entre nós. É preciso valorizar a cultura regional, porque ela é parte da identidade, quer seja encarada no âmbito individual ou coletivo.

Portanto, reconhece-se a função social que tem a memória e a história como nos lembra Hobsbawm e como diz Delgado:

Compreendendo a função social da memória histórica como a de suportes para identidades coletivas, ao historiador cabe estimular e contribuir para que as condições de registro desse tipo de memória possam se efetivar. (DELGADO, 2006, p.48).

A preocupação manifestada por Hobsbawm se deve ao fato de que a geração do final do século XX não se lembra de fatos que marcaram a vida da humanidade, como as guerras e tantas outras catástrofes que para essa geração, segundo ele, não tinha nada a ver com suas vidas. É a perda da memória coletiva

que não tem nenhuma relação com o passado público, nem com as gerações passadas, como Hobsbawm escreveu. Este trabalho quer contribuir para que a memória dessa festa não se perca, seguindo a idéia da autora que pensa que a função do historiador é a de contribuir para esse registro.

Como insistem os autores, a memória é um elemento que faz parte de nossa identidade, agindo como um fator de auto-reconhecimento (DELGADO, 2006). E no que se refere ao passado, é por meio da memória que tomamos consciência do processar contínuo do tempo em nossas vidas. Lowenthal lembra:

Toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado (LOWENTHAL, 1998, p. 75 apud DELGADO, 2006, p.59)

Para Delgado (2006, p. 38): “A memória é base construtora de identidade e solidificadora de consciências individuais e coletivas. Por isso se torna importante fazer uma pesquisa utilizando como fonte a memória das pessoas mais velhas que participaram da folia mineira no seu início para contar a história dessa manifestação folclórica religiosa local. A memória constitui-se como uma fonte informativa para a história (DELGADO, 2006, p. 51).

Delgado (2006, p. 59) define: “A memória é a retenção do passado atualizado pelo presente”. Delgado destaca que existem muitas definições sobre memória, busca na filosofia outro conceito: “A memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995 p. 125, apud: DELGADO, 2006, p. 59). Cita ainda a definição feita por Ferreira: a “memória” é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA, 2000, p. 111, apud DELGADO, 2006, p. 39). A autora cita ainda a definição de Júlio Pimentel Pinto: “A memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado” (PINTO, 1998, p. 307, apud DELGADO, 2006, p.39).

Após elencar alguns conceitos sobre memória a autora discute a eficácia e a importância dela para os seres humanos, quando afirma: “A memória ativa é um

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

recurso importante para a transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades.” (DELGADO, 2006, p. 17). Diante do exposto acima, a memória não pode ser vista somente como uma forma de recordar o passado, e nem se reduz a isso. Ela contém muitas potencialidades:

A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos e mitos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder. São as recordações – em suas dimensões mais profundas – que conformam as heranças e acumulam tradições, experiências e detritos. (DELGADO, 2006, p. 39).

Portanto, chega-se a um ponto em que se pode afirmar que memória e história têm muita ligação entre si. A memória contribui para a formação da identidade coletiva, dá significado ao passado, sendo inseparável da vivência dos homens no tempo (DELGADO, 2006, p.38)

O uso da memória como fonte para trabalhos desse modelo é muito interessante e ao mesmo tempo útil porque: “O trabalho da memória é especialmente frutífero para o reconhecimento desses laços identificadores, já que contribui para a internalização de significados e experiências” (DELGADO, 2006, p. 47).

Acredita-se que ao recorrer à memória dessas pessoas que estiveram presentes na formação da folia pesquisada, contribuiu-se para que fique registrada a história dessa folia que se cruza com a história individual de cada uma delas. Embora reconhecendo a pequenez dessa empreitada, reafirma-se a intenção, deste trabalho, porque sabemos que o objeto pesquisado oferece muitas possibilidades para se explorar em outras pesquisas.

6. História oral e memória

Como já se adiantou no início deste texto, a principal metodologia utilizada nesta pesquisa sobre a folia Mineira de Itaguari, será a história oral, tendo como orientação as teorias de Lucilia Delgado. Para esta autora que há muitos anos vem trabalhando com história oral, “A história oral é uma metodologia primorosa
Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber” (DELGADO, 2006, p. 15). Sobre este procedimento metodológico é mister destacar que:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2006, p.15).

E falando sobre a relação existente entre fonte oral, história e memória, Delgado (2006, p. 47) afirma: “Portanto, memória e História, presentes na produção de fontes orais, são também processos cognitivos”.

É por meio das entrevistas que se compõem as narrativas, as fontes orais. O pesquisador, que neste momento se torna entrevistador, elege um grupo de pessoas que têm conhecimento daquilo que está sendo pesquisado e realiza as entrevistas. Delgado (2006, p. 22) destaca: “São entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados”. Para Amado e Ferreira (2006, p. 36) “A fonte oral é o material recolhido por um historiador, para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informações que lhe pareça necessário possuir”.

Convergindo com estes autores, Lucilia Delgado (2006) destaca que a metodologia da história oral é eficaz para responder as questões levantadas pelo historiador, cabendo ao pesquisador a tarefa de organizar tais fontes: “Segundo Queiroz (1991), cabe, portanto, ao pesquisador, ordenar os depoimentos, nem sempre narrados de forma linear, de modo a contribuir para esclarecer questões, esclarecer metas e conferir hipóteses”.

A história oral, ao buscar na memória informações para constituir suas fontes, cumpre um papel muito importante, o de resgatar identidades individuais e coletivas, resgata também as experiências de gerações passadas, elevando-as a objetos de pesquisa. Convém nesse momento destacar as potencialidades desta metodologia de pesquisa: Dessa forma, uma das maiores potencialidades da metodologia da história oral refere-se ao seu caráter heterogêneo e, essencialmente,

dinâmico de captação do que passou, segundo a visão de diferentes atores (DELGADO, 2006).

Na verdade, as potencialidades da metodologia da história oral, que tem na memória sua principal fonte informativa, são infindáveis, permitindo ao historiador, a seu critério, a adoção de abordagens históricas de características diferentes, com ênfase, por exemplo, no institucional ou no privado, no público ou no particular, na visão individual ou na visão coletiva (DELGADO, 2006, p.50)

A grande lição que aprendemos com a utilização da história oral é o fato de poder dar voz e vez aos excluídos da história, pessoas simples do povo, humildes que carregam consigo grandes conhecimentos, que são capazes de dar significados ao tempo. Delgado diz: “É a resignificação do tempo que fornece à História e às Ciências Sociais matéria- prima para construção do conhecimento” (2006, p. 61).

Através dessa metodologia descrever-se-á no próximo capítulo a história da folia Mineira de Itaguari, mostrando como a memória está presente na transmissão deste ritual camponês.

A partir de agora os conceitos serão de ritual do catolicismo camponês, sagrado e profano, cultura camponesa, cultura popular. Esse aspecto do popular e do informal, do profano e do sagrado, foi muito explorado nas pesquisas dentro da história cultural, manifestado nas festas populares de devoção a Santos, ou comumente os padroeiros. Nesse contexto, citam-se as obras de Carlos Rodrigues Brandão e Jadir Pessoa, já mencionados anteriormente, além dos trabalhos de José Vigilato e várias outras obras, artigos, monografias, dissertações e teses.

Brandão discute cultura popular, folclore, educação, entre outros. Suas últimas publicações mostram seu interesse por esses temas. A título de exemplificação uma de suas obras, aquela que vai ao encontro desta pretensa pesquisa: Memória do Sagrado que investiga as origens das festas do catolicismo popular tão freqüentes no interior do nosso país. Nessa investigação o autor faz um estudo da cultura religiosa daquela população e o ritual da folia em si.

As obras de Yara Moreyra não podem ser esquecidas nos estudos sobre folia de Reis. Essa autora fez um grandioso estudo sobre as folias, destacando em

sua pesquisa a musicalidade das folias; será aqui mais uma importante fonte de pesquisa.

Antes, porém, um recuo histórico à Idade Média, quando esses autores citados acima e outros localizam o início de muitas manifestações religiosas e folclóricas. Aproveitando, abordar-se-á disseminação das folias no período colonial, pois este foi o período subsequente à idade Média.

7. Idade Média: A origem da festa de Santos Reis

Para compreender uma boa parte do folclore, da cultura, das festas, principalmente as religiosas, há que se fazer um recuo histórico à Idade Média ou pós-Idade Média. Lá estão as gêneses deles e de muitos hábitos que até hoje se mantêm. Foi nesse período que se consolidou o pensamento cristão, e a sua influência sobre o mundo ocidental se espalhou fortemente, perdurando até os dias atuais.

Entre muitos estudiosos, a idéia de Idade Média como um período de escuridão da humanidade reinou por muito tempo. Esses estudiosos argumentavam que naquele período a igreja concentrou em suas mãos o saber da antiguidade clássica, impedindo assim que houvesse transmissão desses saberes, pois somente os clérigos tinham acesso à escolarização. Portanto, não houve nenhum progresso naquele período, e a Idade Média foi denominada de “Idade das Trevas”, como mostra Hilário Franco Junior: “A “Idade Média” teria sido uma interrupção no progresso humano, inaugurado pelos gregos e romanos e retomado pelos homens do século XVI”. (FRANCO JR, 1988, p.12). Tal como Hilário, hoje a maioria dos pesquisadores discordam desta visão preconceituosa em relação ao período medieval, vêem-no como próprio de seu tempo, com sua própria lógica. Essa visão sobre a Idade Média só aflorou no século XX, com as renovações no campo da história:

Finalmente, passou-se a tentar ver a Idade Média com os olhos dela própria, não com os daqueles que viveram ou vivem noutro momento. Entendeu-se que a função do historiador é compreender, não a de julgar o passado (FRANCO JR, 1988, p.12).

Para melhor compreender esse período, será importante acrescentar outras informações quanto a seu modo de produção para sobrevivência e relações sociais e religiosas.

O período medieval experimentou um intenso movimento de ruralização, devido ao caos que se tornaram as cidades com o enfraquecimento do poder do estado e com as invasões dos bárbaros. “As cidades começaram a se esvaziar, cada região tentou passar a produzir tudo aquilo de que necessitasse.” (FRANCO JR, 1988, p.19). Era o sistema que denominou-se feudalismo. Muitos autores sustentaram, com base nessa lógica, que o período medieval não teve comércio, acentuando a idéia da Idade da Escuridão. Bloch (1987) não concorda com esse pensamento, ele defende que existiu comércio na Idade Média, porque havia redes de trocas entre a Europa e outras civilizações mais próximas, além das feiras onde camponeses vendiam alguns produtos a clérigos e a soldados.

Na Idade Média as relações sociais eram baseadas na forma de vassalagem e suserania, existiam servos e senhores, numa sociedade estratificada e na hereditariedade das funções (FRANCO JR, 1999). Os medievos viviam sob o controle da igreja, a única instituição fortemente organizada que pretendia unificar a sociedade pela cultura e em nome de Deus (FRANCO JR, 1999). Nessa sociedade clerical, a igreja determinava até as maneiras de perceber o tempo. O cotidiano das populações medievais era marcado pela interferência divina, que via nessa Providência seu fundamento teleológico.

Numa sociedade medieval, tão marcada pelo ideário religioso, os santos desempenhavam um papel de proteção e refúgio às pessoas. Daí, então, não ser impossível pensar que as formas de louvores e agradecimento tenham surgido aí, onde celebravam os santos de devoção com festas, como é o caso da folia de Reis. Sabemos que a tradição da Festa do Divino Espírito Santo se originou na península Ibérica, ainda no período medieval:

De acordo com estudiosos, no Século XIII, Portugal e Espanha estavam em guerra e a rainha Isabel, de Portugal, respeitada por suas virtudes de caridade e fé, promete ao Divino Espírito Santo que ofertaria sua coroa à igreja para que a paz fosse promovida entre as duas nações católicas.

Atendida em suas orações, a promessa foi cumprida. A coroa foi doada e houve farta distribuição de alimentos aos carentes.(SANTOS, 2008, p.09)

No Brasil houve uma grande difusão desta festa. No Estado de Goiás a tradição da Festa do Divino fixou-se em muitos lugares, como na cidade de Pirenópolis e Jaraguá de Goiás, até os dias de hoje.

Vigilato (2000) afirma que a origem das folias de Reis também se deu na Europa, precisamente na península Ibérica, antes do descobrimento do Brasil. Lá se louvavam os Três Reis com grupos de homens cantando e dançando.

É precisamente sobre essa Europa mergulhada na religiosidade que Harvey Cox tece suas análises sobre festividade e fantasia, elementos que, segundo ele, são muito importantes para os seres humanos. Ele nos dá notícias de que “Durante a Idade Média florescia, em algumas partes da Europa, um festival conhecido como a Festa dos Foliões ou a Festa dos loucos” (COX, 1974, p.11).

Mas estas festas ainda não eram as folias, mas um princípio delas, então consistiam em momentos de folganças da população menos abastada da sociedade, que naquela oportunidade faziam críticas às instituições e aos indivíduos, como Harvey Cox relata (1974, p.11): “Até mesmo padres, geralmente piedosos e cidadãos ordeiros, colocavam máscaras grotescas, cantavam insinuantes modinhas e, numa palavra, mantinham todo mundo em suspenso por suas sátiras e folias”.

Cox não considera essas manifestações prejudiciais à sociedade. Na sua visão: “A festividade e a fantasia não são apenas valores em si, mas absolutamente vitais para a existência humana” (COX, 1974, p.14). E ele ainda adverte-nos que a sociedade industrial sofre com a perda desses valores. Para ele, a sociedade “Conseguiu a prosperidade à custa de um aterrador empobrecimento dos elementos vitais de sua existência” (COX, 1974, p.14). O autor quis dizer que embora a sociedade industrial trouxesse progresso, por outro ela acabou com esses valores tão importantes na sua visão.

Voltando a falar dessa festa medieval que acontecia às vésperas do ano novo (COX, 1974), relata que as festas eram eventos corriqueiros àquela época, havia inclusive danças dentro das igrejas, diante dos altares do Senhor. (BRANDÃO, 1985), diz que o costume da dança dentro de templos remonta às civilizações antigas, ao judaísmo.

Brandão (1985, p.139) destaca: “As Escrituras hebraicas redundam de referências a danças diante do Senhor. Cox (1974, p.54) evidencia: “A dança ocupa um lugar definido no culto dos cristãos primitivos”. Segundo o mesmo autor, aí dançavam homens, mulheres e crianças, ora dentro das igrejas, ora nos seus adros ou mesmo no cemitério. Em sua opinião, esse costume não era condenável e nem pervertia o cristianismo, para aqueles que assim pensam, ele afirma que estão acomodados com a gravidade do cristianismo e nem se dão conta de que este pode ser um cristianismo persuadido e tampouco de que o lúdico pode sim fazer parte do cristianismo.

Existem notícias de que aqui no Brasil houve essas danças dentro das igrejas, como relata Brandão (1985, p.139): “Houve um tempo em que no Brasil padres e freiras davam as mãos ao que ao tempo se nomeava como “o populacho” e todos cantavam e dançavam dentro da igreja”. Também em Moreyra encontram-se notícias dessas missas animadas com danças. A autora registra “Ela é mencionada, no ano de 1549, quando o padre Manoel da Nóbrega conta que tiveram uma procissão de Corpus Christi “mui solene”, onde houve “danças e invenções à maneira de Portugal” (LEITE, 1956 *apud* MOREYRA, 1983, p.137).

O motivo pelo qual não se dança nos dias de hoje dentro das igrejas é que essas danças não agradavam as autoridades religiosas, elas as consideravam sensuais. Entre essas autoridades estava São Basílio Magno (COX, 1974). Brandão comenta a atitude desse bispo, “São Basílio Magno, Cesaréia, que condenava, alguns anos mais tarde, os mesmos cantos e danças que antes aceitara no interior de sua igreja” (BRANDÃO, 1985, p.140). E daí por diante intensificaram-se as regulamentações até se proibirem de todo as danças dentro das igrejas

Durante o milênio seguinte, as autoridades da Igreja sustentaram uma luta desesperada, primeiro para garantir a compostura na dança, e depois, perdida essa batalha, para abolir a dança de vez. Século após século, bispos e concílios baixavam decretos, advertindo contra as variadas formas de dança que executavam dentro e nos adros das igrejas. Mas elas perduravam. Por fim, em 1298, o Concílio de Würzburg declarou-as grave pecado. (COX, 1974, p.56)

Cox (1974) mostra que, porém, entre o povo, essa dança e a festividade estavam nas suas almas e, portanto, não desapareceram. Elas foram levadas a

Revista Científica FacMais, Volume VIII, Número 1. Ano 2017/1º Semestre. ISSN 2238-8427.

outros lugares, para as praças, ruas, cemitérios, animando as festas dos santos, longe do alcance dos decretos conciliares, principalmente para os vales distantes e para o mundo camponês, como são as folias conhecidas na atualidade.

Carlos Rodrigues Brandão converge com Jadir Pessoa ao localizarem aí as origens das folias de Reis. Em Jadir Pessoa há a seguinte citação de Heers (1987) lembrando a Festa dos Loucos: “Dentre os diversos temas religiosos que eram alvos de sátiras, estava também a Festa dos Reis Magos” (HEERS, 1987 *apud* PESSOA, 2007, p.133).

Brandão (1985) vai às solenidades do Natal e seus dramas litúrgicos, com os ofícios inerentes ao nascimento e a visitação dos Reis ao Menino, celebradas pela igreja e mostra que com o passar dos anos foram incorporadas aos rituais populares e nesse meio se difundiram e deram as bases do que hoje se conhece como folias brasileiras. Existe uma preocupação da igreja católica de tornar cada vez mais presente a história da vida de Jesus, para isso utiliza os dramas e teatros. Segundo Heers:

Os padres insistiam em ilustrar alguns dos momentos da vida de Cristo melhor que por imagens e por isso proporcionavam aos fiéis autênticos quadros vivos. Por exemplo, a Adoração dos Magos no dia da Epifania passou a revestir-se de um fausto muito especial desde que os cônegos começaram a celebrá-lo em forma de um jogo cênico (HEERS, 1987, p.46 *apud* PESSOA, 2007, p.132)

Partindo da visão de Heers, pode-se concluir que esses teatros e dramas realizados pela igreja não só na Europa, mas também aqui no Brasil, contribuíram muito para dar as origens à devoção aos Três Reis Santos e, portanto, à folia. Há, sem dúvida, uma pequena divergência nisto. Para Yara Moreyra (1983) o ponto de partida parece estar na Folia, dança portuguesa muito popular nos séculos XVI e XVII. Segundo esta autora, a folia era composta por oito homens que cantavam e dançavam.

Sob a influência dos portugueses, ao serem por eles colonizados, os brasileiros herdaram suas tradições e festas. A folia, como tudo indica, fazia parte das devoções populares dos portugueses. Ao lado dos espanhóis esse povo era chamado de reino católico. Os Três Reis faziam parte do panteão português na

época do descobrimento. E, de lá, saíam naus com destino à Terra de Santa Cruz, com as bênçãos de Nossa Senhora da Estrela, Nossa Senhora do Reis, posteriormente (PESSOA, 2007), levando esse autor a fazer as seguintes afirmações explicando a devoção aos Reis Magos: essa devoção dos navegantes aos santos, desde o embarque até a chegada em terras brasileiras e depois sua difusão entre os colonos, é o motivo principal para tamanha devoção, que inclusive fazia parte do empreendimento colonizador, como informa: “Por isso a devoção aos Reis Magos está plenamente vinculada ao empreendimento colonizador e com ele espalhou-se pelo Brasil, ao longo dos séculos subseqüentes.” (PESSOA, 2007, p.132). Essa constatação é também relatada em Moreyra: “A devoção aos Santos Reis, com toda sua tradição, chegou ao Brasil com os descobridores. Nos séculos seguintes são freqüentes as referências aos Magos – em cartas, romances, relatos de viagens” (MOREYRA, 1983, p.143).

Sabe-se que, no processo de colonização da terra recém-descoberta, a igreja teve um papel muito importante, o de legitimar o domínio, inclusive defendendo-o, considerando-o missão *mui* digna, pois se tratava de converter povos ainda pagãos ao catolicismo, verdadeira religião, a única que salvaria a humanidade da condenação às trevas, conduzindo-a à salvação prometida por Jesus Cristo (AZZI, 1987). Portanto, constata-se a presença da igreja desde os primeiros momentos da chegada dos portugueses às terras de Santa Cruz. Os portugueses vieram à Nova Terra amparados pela autoridade católica que lhes conferia o direito à posse da terra descoberta e, por conseguinte, incumbidos da missão de evangelizar os que aqui encontrassem.

No âmbito das práticas especificamente religiosas, a colonização já foi efetivamente implantada no contexto da Contra-Reforma, ou seja, para minimizar as possibilidades de investida do protestantismo, o catolicismo implantado na colônia trazia com toda força o culto dos santos (PESSOA, 2007, p.131).

A esse processo de evangelização dá-se o nome de catequese, que naqueles anos primeiros da colonização ficou a cargo das congregações religiosas, principalmente da Companhia de Jesus. Não será estudado aqui esse empreendimento. A meta deste trabalho é buscar nesse momento da história do

Brasil as possíveis origens e adaptações que formaram as folias atuais. Para este estudo, destacar-se-ão dentro da catequese as abordagens sobre os Reis, feitas pelos jesuítas. Como já se sabe, os padres jesuítas usavam o teatro para catequizar os índios. Entre os autos mais encenados, provavelmente estava o do Nascimento de Jesus e da Visitação dos Reis; é o que indica Moreyra (1983) e continua dizendo: “Sabe-se então da intensidade das celebrações do dia seis de janeiro, de índios sendo batizados com os nomes dos Santos Reis.” (MOREYRA, 1983, p.143). Segundo esta autora, isso contribuiu significativamente para a formação das folias posteriormente, lembrando as danças medievais, acontecidas na Europa, tratadas anteriormente no seguinte relato: “No Brasil, seguindo o mesmo costume, as danças foram incorporadas ao teatro e às procissões promovidos pelos padres jesuítas” (MOREYRA, 1983, p.138). Essa constatação leva a autora a fazer a seguinte afirmação: “A folia entrou no Brasil como uma dança de fundo religioso, mais uma manifestação paralitúrgica do que profana” (MOREYRA, 1983, p.137). Talvez seja por isso que para a maioria quase absoluta dos foliões com que foi travado diálogo, a afirmação da folia como sendo uma forma de manifestação religiosa foi sempre constante.

8. A difusão da Folia de Reis no Brasil

Como forma de catequizar os índios, primeiramente, e depois como uma manifestação da religiosidade e folclórica, a folia tem, ainda hoje, alguns elementos herdados dos indígenas, pois os padres utilizavam sempre de algum elemento do mundo indígena para introduzir fé católica no mundo dos índios. A folia também herdou movimentos dos teatros de Anchieta, como descreve Moreyra, passo a passo, a analogia entre os movimentos indígenas, autos de Anchieta e da folia. No primeiro momento da cerimônia, os movimentos são respectivamente:

Saudação no encontro, longe da aldeia. [...] O primeiro ato é sempre realizado no porto (recebendo uma imagem ou um padre) ou a uma certa distância do povoado. [...] Chegada. Os foliões são recebidos pelos moradores, fora da casa. (MOREYRA, 1983, p.147).

Essa forma de chegar a uma casa de pouso ainda é a mesma. E continuando a descrição dos movimentos da folia, Yara Moreyra descreve:

Desfile em caminho novo e engalanado. [...] Desfile ou procissão por caminho engalanado, com canto, música ou dança, até o adro da igreja. [...] Cortejo processional por um caminho enfeitado com arcos, bandeirolas, flores e sempre com cantorias. (MOREYRA, 1983, p.147).

E a última descrição é da despedida:

Festa de despedida, com dança, música e cantos [...] No quarto ato pode haver a conclusão moral. Em certos casos há a bênção do sacerdote, beijo na relíquia ou adeus à imagem e o canto de despedida. Segue-se a dança final, com canto, música – dança opcional, pois pode acontecer após o primeiro ato. [...] Dependendo do pouso, pode haver festa com música, canto e dança (35). No dia seguinte, quando é pouso de janta, há despedida com cantoria e devoção à Bandeira. (MOREYRA, 1983, p.147).

A folia que atualmente existe nas regiões de Goiás é fruto de constantes transformações, adaptações e, como vimos anteriormente, incorporações como todo processo cultural, numa dinâmica que não termina porque há variações das folias por aí afora, que devido ao ritmo de vida das populações nessa sociedade contemporânea, transforma e se adapta a esse modo de vida.

Os estudos de Jadir Pessoa sobre folias são muito importantes para conhecer o universo religioso popular desse ritual. Pessoa escreve sobre a cultura camponesa e nela destaca as folias de Reis como uma de suas manifestações. Entres seus livros destaca-se “Meu Senhor Dono da Casa: os 50 anos da Folia de Reis das Lages, e o mais recente que trata da figura dos Três Reis Santos, os mitos que envolvem a sua existência e segue sua análise sobre a disseminação da devoção aos Santos pelo Brasil.

Outro livro que importa citar entre os estudos sobre folia é de Vigilato, no qual o autor descreve a folia com seu ritual, faz uma análise descritiva sobre o aspecto religioso e uma pequena narrativa histórica do surgimento delas, em tempos remotos na velha Europa medieval.

Poder-se-ia elencar muitos outros autores e autoras, que trabalharam com esses temas. Nem todos os autores acima citados são historiadores. Como já discutido anteriormente, a renovação e a inovação ocorrida dentro da ciência histórica nos anos de 1920, com a criação dos *Annales*, foi exatamente a interdisciplinaridade, em os fundadores da escola francesa de história convidavam os historiadores a buscar suportes em outras ciências para suas análises e seus discursos.

Diante do exposto ficou evidenciado as transformações que foram ocorrendo na História como ciência, desde o fim do século XX, percebemos que essa ciência se abriu a novos horizontes e deu lugar a personagens oficiosos, homens e mulheres simples, novos personagens, anônimos como os foliões das Folias de Reis, os camponeses, as lavadeiras e tantos outros sujeitos da História, que não tinham suas histórias registradas. Ou seja, abriu-se aos historiadores um novo leque de possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AZZI, Riolando. **A Crisandade Colonial: mito e ideologia**. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 1987.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. 2ª Ed. Lisboa Portugal: Edições 70, 1987.

BRANDAO, Carlos Rodrigues, **Memória do Sagrado: estudos de religião e ritual**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BURKE, Peter, **A Escola dos Annales 1929--1989**: A Revolução Francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter, **O Que É História Cultural?** ; tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 1997.

Magno Florentino Dutra. Buscando novas estrelas: novos paradigmas na História.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez; **Os métodos da História: Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. 3ª edição. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COLLINWOOD, R. G. **A Idéia de História**. Trad. Alberto Freire. 8ª Ed. Lisboa: Editora Presença, 1994.

COX, Harvey. **A Festa dos Foliões: um ensaio teológico sobre festividade e fantasia**. Trad. Edmundo Binder. Petrópolis RJ: Ed. Vozes 1974.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA, Marieta Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes (94). Petrópolis: Vozes, 2000 In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HEERS, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987 In: FELIX, Madeleine; PESSOA, Jadir de Moraes. **As Viagens do Reis Magos**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos, O breve século XX 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, S. J. Serafim. **Cartas dos primeiros Jesuítas do Brasil**. São Paulo. 1956 In: MOREIRA, Yara, **De Folia, de Reis e de Folias de Reis**. Revista Goiana de Artes. Goiânia: 1983.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História (17) São Paulo: EDUC, 1998. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MATTELART, André, NEVEU, Érik; **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MOREYRA, Yara, **De Folia, de Reis e de Folias de Reis**. Revista Goiana de Artes. Goiânia: 1983.

ODALIA, Nilo; **O Saber e a História: Georges Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PESSOA, Jadir de Moraes; FELIX, Madeleine. **As Viagens do Reis Magos**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

Magno Florentino Dutra. Buscando novas estrelas: novos paradigmas na História.

PINTO, Julio Pimentel. **Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e o Tempo histórico**: A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. Ed. Ática, s/d.

SANTOS, Maria Lícia dos. **A Fé Católica em Cenários de Festas & Tradições... Folia de Reis e Festa do Divino Espírito Santo em Jesupólis e Jaraguá- Goiás (séc. XXI)**. Disponível em: [http // www.jornaldiariodonorte.com.br](http://www.jornaldiariodonorte.com.br). Acesso em 08 de agosto/2008.

VIGILATO, José. **Folia de Reis: do Oriente para Belém**. Goiânia: Ed. Kelps, 2000.